

TCU promove pós-graduação em justiça social, criminalidade e direitos humanos

O curso é ofertado pelo Instituto Serzedello Correa (ISC), Escola Superior do TCU, em parceria com as escolas de governo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e com o Instituto Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud/ONU). O objetivo é possibilitar contribuições práticas ao aprimoramento e difusão das estratégias de justiça social, controle da criminalidade e defesa dos direitos humanos. A duração é de 18 meses, contabilizando 400 horas.

O curso é composto por três módulos: justiça social, criminalidade e direitos humanos. As disciplinas vão abordar temas como segurança humana, política criminal, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, violência nas cidades, sistema penal, discriminação social, tráfico transnacional, crime organizado, entre outros. Os temas integram as discussões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada pela ONU. A segurança humana é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Segundo o diretor do Ilanud, Elías Carranza, a cooperação do Brasil é fundamental para diminuir os números alarmantes de violência. “A região da América Latina e Caribe é, neste momento, a que tem as maiores taxas de homicídio do mundo. É necessário atacar a criminalidade de maneira integral, como propõe a nova universidade, um projeto que o governo do Brasil vai apresentar às Nações Unidas e que tem muito boas perspectivas de aprovação. E que assim seja para o bem da humanidade.”

A aula-magna ocorreu no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, em 4 de abril de 2018, e teve como palestrante o conselheiro especial sobre Segurança Humana do secretário-geral da ONU, Yukio Takasu. Segundo o conselheiro, a segurança humana pressupõe quatro princípios ordenadores: centralidade no indivíduo, abrangência — integrando aspectos civis, políticos, econômicos e culturais —, especificidade no contexto e busca de soluções para as realidades locais.

O diretor-geral do ISC, Maurício Wanderley, afirmou que a realização do curso no Brasil é de grande relevância para que se possa discutir a questão da segurança e da criminalidade com o aporte de professores renomados. Destacou também que o TCU, como órgão de controle externo, tem se dedicado ao tema, com auditorias para avaliar, por exemplo, a Política Nacional de Segurança Pública, o sistema prisional brasileiro e a política nacional de fronteiras. “Essas auditorias demonstram quanto que a Administração Pública brasileira precisa tratar de uma forma técnica e capacitada essas questões”, afirmou.

